

O Papel Social do Professor Público de Aracaju¹

Ana Paula Souza Trindade
Ana Lúcia Gomes Moneta Vieira
Ealine Santos Medeiros
Tereza Cristina Cerqueira da Graça (Orientadora)

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo analisar, confrontando a teoria com percepções de professores de escolas públicas de Aracaju, o papel social do professor, identificando elementos de um perfil docente por meio de relatos dos mesmos. O objetivo específico foi discutir o papel social do professor e a sua contínua reconstrução através das opiniões expressas, na perspectiva de repensar um novo conceito sobre a importância do professor na formação de novos cidadãos. A pesquisa fez uma revisão bibliográfica do tema e a aplicação de questionários a trinta professores públicos da cidade de Aracaju. A análise dos resultados obtidos nos permite inferir que os professores manifestam diferentes visões sobre seu papel no desenvolvimento do senso crítico dos alunos; para uns, tudo que se faz na escola contribui para o intento; para outros, a própria história de vida e contexto sócio-econômico-cultural do aluno são responsáveis por esta capacidade, quase nada cabendo à escola ou ao professor desenvolver.

Palavras-Chave: Educação. Senso crítico. Função social do professor.

Abstract

This study aimed to analyze, confronting theory with perceptions of public school teachers in Aracaju, the social role of the teacher, identifying elements of a teaching profile through reports of the same. The specific objective was to discuss the role of the teacher and social reconstruction through its continuous opinions expressed in the perspective of rethinking a new concept about the importance of teacher training in new citizens. The research did a literature review of the topic and questionnaires to thirty teachers. The results obtained allow us to infer that teachers expressed different views on their role in the development of students' critical thinking, for some, everything we do in school contributes to intent, for others, the history of life and socio-economic-cultural student are responsible for this ability, almost nothing fitting to school and develop himself.

KEY WORDS: Education. Critical thinking. Social function of the teacher.

¹ Este artigo é um trabalho de Conclusão de Curso – TCC do curso de Pedagogia da UNIT. Dezembro de 2012.

Introdução

A educação tem como finalidade a formação do ser humano bem como a construção/socialização de valores, da cultura acumulada historicamente. É através da ação educativa que o meio social exerce influências sobre os indivíduos, que as assimilam e transformam-se em seres capazes de estabelecer uma relação ativa com o meio no qual estão inseridos. Essas influências são manifestadas através de conhecimentos, valores e crenças, assimilados e transmitidos por várias gerações.

O processo educacional é constituído de uma constante relação de ensino-aprendizado, que requer de todos os envolvidos o aprimoramento de práticas. Mas a educação pode ser compreendida também através de suas especificidades, em seu sentido estrito, em instituições específicas, escolares ou não, tendo finalidades de formação integral e socialização de cultura através de ações conscientes e planificadas, como indica Libâneo².

Os indivíduos são formados através das influências assimiladas e transmitidas no decorrer dos anos, de modo que a formação dos cidadãos está pautada no trabalho realizado pelo homem na sua trajetória de vida. Dessa forma, ao integrar o ambiente escolar essas ideias são socializadas; assim o cidadão é formado na escola e carrega uma contribuição decisiva para sua vida, em termos de conhecimentos e valores característicos da personalidade do professor; ou seja, o aluno pode ser visto como a matéria prima do trabalho docente³.

A importância do professor na formação dos indivíduos é indiscutível, mas será que todos os docentes têm a plena consciência do seu papel na sociedade? Diante dessa questão este estudo tem por objetivo analisar o papel social do professor identificando elementos de um perfil docente a partir das opiniões dos próprios professores. Nessa direção, visa a discutir e refletir, sobre a própria formação crítica do professor e seu papel no desenvolvimento do senso crítico do aluno.

A metodologia adotada foi a revisão bibliográfica e a pesquisa de opinião, através da aplicação de questionários a trinta professores de quatro escolas públicas da 2ª fase do ensino fundamental e do ensino médio da cidade de Aracaju: Colégio Estadual Professor Valnir Chagas, Colégio Estadual Dom Luciano Cabral Duarte, Colégio Estadual Jackson de Figueiredo e Colégio Estadual Tobias Barreto. Foram quatro professores de História, quatro

²LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.p.

³PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 2000. p.

de Geografia, um de Sociologia, sete de Língua Portuguesa, um de Língua Inglesa, quatro de Educação Física, cinco de Matemática, um de Química, um de Física e dois Polivalentes.

Partimos da premissa de que o trabalho de formação do cidadão não é tarefa exclusiva do professor, embora a escola contribua sobremaneira para a formação do senso crítico do aluno, e possa estimular uma maior participação e engajamento social.

Esclarecemos ainda que a apuração dos dados não segue o modelo estatístico, com gráficos e tabelas, visto que a maioria das questões solicitaram complementos, mediante explicações e justificativas, onde um mesmo professor opinou com mais de uma variável ou aspecto, colocados livremente. Por exemplo, perguntado se sua disciplina contribui para a formação do cidadão reflexivo e crítico, o professor Y respondeu sim, não ou em parte, colocando várias justificativas ou explicações sobre as possibilidades ou as impossibilidades desse objetivo.

1 Educação e Sociedade

O processo educativo é visto como uma prática social e universal, necessária à existência e funcionamento das sociedades. Cada sociedade em particular cuida da formação dos seus indivíduos, com o objetivo de prepará-los para uma participação mais efetiva na vida social.

A apropriação da cultura historicamente acumulada prepara as crianças e jovens para uma participação mais ativa, tendo em vista seu crescimento e desenvolvimento pessoal e da sociedade como um todo. Nessa perspectiva torna-se também uma das tarefas do professor alcançar esse objetivo, por meio da relação estabelecida com seus alunos, podendo contribuir no desenvolvimento das capacidades intelectuais, afetivas e psicomotoras dos estudantes. Entretanto, numa sociedade desigual e injusta na qual vivemos, é preciso que a escola e o professor avancem na direção apontada por Gadotti:

faz-se mister que o professor se assuma enquanto um profissional do humano, social e político, tomando partido e não sendo omissos, neutros, mas sim definindo para si de qual lado está, pois se apoiando nos ideais freireanos, ou se está favor dos oprimidos ou contra eles. Posicionando-se então este profissional não mais neutro, pode ascender à sociedade usando a educação como instrumento de luta, levando a população a uma consciência crítica que supere o *sensu comum*, todavia não o desconsiderando⁴.

⁴ GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 2.^a ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 89.

Por isso, preparar melhor os discentes é uma tarefa de responsabilidade política e social que precisa ser bem administrada pelos professores e pela escola. Segundo Libâneo, o professor pode propiciar às novas gerações condições para a luta pela garantia e ampliação dos direitos de cidadania. Para alcançar esse objetivo, deve desenvolver as capacidades cognitivas e operacionais, auxiliando os educandos no domínio progressivo dos conhecimentos culturais e científicos, o que resulta em indivíduos com novos valores agregados, capazes de efetivar sua contribuição social e política na sociedade⁵.

Promover uma formação cultural e científica mais sólida e duradoura para as crianças e jovens, é dever da sociedade e do Estado. Tendo em vista que a escolarização é imprescindível para a democratização da sociedade, faz-se necessário conquistar condições que permitam ao cidadão participar das decisões políticas e governamentais. Para tanto, o exercício da cidadania vai garantir a luta e a conquista da igualdade de condições, no que diz respeito às oportunidades de formação.

A realidade é contraditória no que se refere aos pré-requisitos necessários à plena realização do processo educacional; todos os esforços concentrados justificam-se diante da precariedade do ensino público, em especial do Ensino Fundamental. A Constituição Federal (1988) determina que o ensino de qualidade é um direito do cidadão, mas, na prática ações do próprio Estado impedem a realização desse princípio. Novas alternativas que apontem um ensino de melhor qualidade representam desafios. Uma das possíveis alternativas é a participação da comunidade na gestão escolar, possibilitando à escola ganhar autonomia no que diz respeito aos interesses representados pelo Estado, como demonstra Paro⁶.

Essa alternativa emerge como viável, mas, é preciso saber quais os verdadeiros interesses da comunidade quando seus membros estão inseridos na escola. Tais interesses não podem ignorar os interesses sociais e estratégicos dos professores, funcionários, alunos e pais, ou seja, os interesses imediatos de cada indivíduo isoladamente devem ser deixados de lado, priorizando-se os interesses mais amplos, que privilegiem toda a comunidade escolar. Conforme Paro, trata-se de instaurar uma cultura de produção coletiva do conhecimento⁷.

Contribuir para a formação de cidadãos críticos é um desafio enorme para os professores, tendo em vista que os cursos de formações de profissionais, mais especificamente o de pedagogia, regulamentado no Brasil em 1969, na época da ditadura, fato que levou as escolas, os professores pouco comprometidos com a realidade social, a uma

⁵LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 16.

⁶PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 93.

⁷Idem. p. 96.

formação apenas profissional na perspectiva tecnicista, prontos para atuarem com objetividade nesse sentido. Entretanto, como argumenta Ruiz, recorrendo a Gadotti⁸.

Atualmente não se pode mais apoiar-se em teses que apregoam que a educação não pode mudar enquanto não houver mudanças estruturais no sistema. Faz-se necessário acreditar, com Gadotti, que, apesar da educação não poder sozinha transformar a sociedade em questão, nenhuma mudança estrutural pode acontecer sem a sua contribuição. A transformação social, que muitos almejam para uma sociedade mais justa, com menos desigualdades, onde todos tenham voz e vez, só será possível a partir do momento que se evidenciem os conflitos, não tentando escondê-los ou minimizá-los, mas que os tragam à tona, para que assim a educação não contribua como mecanismo de opressão, buscando a superação e não a manutenção do *status quo*⁸.

A formação acadêmica contribui na constituição de um profissional capacitado para exercer as funções que lhe são devidas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/9.394/1996⁹, pensando nos objetivos da educação, exige dos profissionais da educação sólida formação básica em nível superior, de licenciatura plena.

Grande parte dos professores que atua hoje nas escolas teve e ainda têm uma formação tecnicista e de baixa qualidade, pela expansão da oferta de licenciaturas em universidades mal estruturadas e faculdades privadas sem condições técnicas e acadêmicas. Entretanto, por outro lado, cabe também aos próprios professores cuidar da sua formação através de luta pela melhoria das instituições formadoras e por políticas de formação continuada dos sistemas de ensino e das escolas. A educação não abrange somente os processos de ensino e de aprendizagem dos conhecimentos e saberes acumulados, mas também alcança a socialização da ciência e de valores como a solidariedade, o respeito ao outro, inclusive no aspecto religioso e cultural.

Desse modo, a educação escolar continua sendo o instrumento principal para o avanço do saber pessoal e coletivo, ampliando as oportunidades de realização individual e o progresso material da sociedade.

Ruiz¹⁰ argumenta que, se quisermos melhorar as estruturas sociais vigentes, construindo um novo modelo social mais equitativo e justo, a escola deve voltar seu trabalho pedagógico para a formação de indivíduos autônomos e críticos, pois, é nessa sociedade que alunos e alunas irão interagir e gerar transformações. Para Ruiz, o homem faz sua história,

⁸RUIZ, Maria José Ferreira. **O Papel Social do Professor: uma contribuição da filosofia da educação e do pensamento freireano à formação do professor.** Revista Iberoamericana de Educação. N° 33, Dezembro de 2003. p. 63.

⁹BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 20 de dezembro de 1996; 175° da Independência e 108° da República.

intervindo na natureza e na sociedade, descobrindo e utilizando suas leis para dominá-los e colocá-las a seu serviço, desejando viver bem com a mesma. A escola não pode se omitir dessa função e o profissional da educação haverá que ser formado com essa consciência, além dos respectivos saberes e/ou competências específicos¹⁰.

2 O Que é o Senso Crítico

Segundo o professor Fábio Souza C. Lima¹¹, o termo “senso” se refere à palavra “direção”, isto é, ao sentido que tomamos nas nossas decisões. Recorrendo a Platão, o autor diz que o Senso Comum baseia-se nos nossos cinco sentidos (paladar, olfato, visão, tato, audição), que não se preocupa em buscar informações sobre os assuntos que está a julgar, mas chega a conclusões a partir tão somente da experiência sensível. Diz ele que o senso comum faz a pessoa *tirar conclusões precipitadas sobre os mais variados assuntos, desde programas de entretenimento na televisão até decisões políticas importantes que influirão sobre o futuro.*

É frequente, o senso comum repetir frases feitas, tipo: “os políticos são bandidos”; “não gosto de política”. Não se pesquisou ou refletiu sobre o que os políticos de sua câmara de vereadores, por exemplo, mas pessoas repetem essas frases todos os dias. Desse modo, há uma falta de interesse em buscar, em pesquisar, contentando-se com o que dizem ou pensam as demais pessoas.

O senso comum impulsiona as pessoas a reclamar de coisas que não almeja resolução. “Ninguém faz nada!”. É a tônica de um pensamento resignado, conformado com sua condição, sem vontade de tomar as rédeas da situação e mudar seus caminhos. Para Lima¹² exemplifica isto, colocando uma situação: há um buraco enorme na rua, em frente à minha casa, cuja obrigação de tampá-lo é da prefeitura; mas, se isto não ocorrer ninguém dirá que a culpa é também sua ter escolhido o prefeito e os vereadores nas eleições passadas. Ninguém se coloca na condição de fiscalizar os atos dos seus candidatos eleitos.

Platão, no Mito da Caverna, relacionou os homens presos ao mundo do senso comum, que, portanto, reside no mundo sensível, dos sentidos, daquilo que “é o que todo mundo fala”, “é o que todo mundo faz”. Um mundo até certo ponto ingênuo, de ideias prontas, de um pensamento sempre confiante, certo de que está proferindo sempre uma resposta definitiva.

¹⁰ RUIZ, op. cit. p. 94.

¹¹ LIMA, Fábio Souza C. **O Senso Comum e o Senso Crítico.** Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/filosofia/0072.html>. Acesso em 03 de dez. 2012.

¹² Idem. p. 3.

O Senso Crítico, por outro lado, parte do princípio do estudo, de como conhecer, do uso da razão; da capacidade de avaliar, julgar e discernir com equilíbrio. O crítico tem o seu pensamento ligado ao futuro, e sempre questiona as verdades. Portanto, significa a capacidade de questionar e analisar de forma racional, refletindo profundamente sobre os problemas e sobre a realidade.

A consciência do papel social de cada indivíduo promove a capacidade de pensar sobre as verdades impostas pela sociedade dominante. Alguém com senso crítico aguçado não aceita a imposição de qualquer tradição, dogma ou comportamento sem antes questionar. Essa capacidade de reflexão está relacionada com a educação recebida por cada indivíduo.

Enquanto o senso comum é um conjunto de opiniões, crenças, tradições e modos de viver que se desenvolvem em uma sociedade e faz parte da herança cultural de cada povo, o senso crítico pondera, investiga e analisa. Assim, as informações históricas e científicas ajudam a desenvolver o senso crítico que está sempre em formação. Do ponto de vista das transformações sociais, o conhecimento escolar pode contribuir para formar cidadãos mais críticos, interessados, participativos e dispostos a agir em prol da diminuição das injustiças e desigualdades.

3 O Professor e a Formação do senso Crítico

A partir das reflexões acima, elaboramos um questionário com as seguintes perguntas: 1) Como você entende o papel social do professor?; 2) Você acredita que desenvolver integralmente os conteúdos da sua disciplina é dotar o aluno de uma boa formação acadêmica?; 3) É possível um aluno não ter um bom desempenho (não dominar conteúdos, tirar notas baixas) e ter um senso crítico desenvolvido?; 4) Como é o desempenho geral dos seus alunos?; 5) O que você faz para melhorar a aprendizagem dos seus alunos?; 6) Como ou em que situações você desenvolve o senso crítico dos seus alunos?; 7) O que você costuma ler ou assistir para melhorar/ampliar sua percepção da realidade e seu senso crítico?; 8) Como sua disciplina pode contribuir para uma melhor compreensão do homem e da sociedade?; 9) Você acha que seus ensinamentos/atuação contribuem para a formação de homens e mulheres mais autônomos?; 10) As demais instituições sociais (família, igreja, associações, etc.) podem contribuir para a formação de sujeitos responsáveis, solidários, críticos e transformadores?; 11) No geral, quais são as principais dificuldades que você enfrenta no desempenho da sua profissão?.

Passaremos, então, a relatar as opiniões expressas, promovendo algumas considerações face às complementações e contradições apontadas nos próprios depoimentos.

Sobre o papel social do professor frente ao conhecimento, à aprendizagem, dezesseis responderam que o conhecimento se constrói na relação professor-aluno; três se colocaram como mediadores da aprendizagem; dois declararam que seu principal papel é estimular o aluno a buscar o conhecimento, e este deve ser útil na sua vida pessoal, cotidiana. Três professores reconhecem que o aluno traz conhecimentos para a sala de aula, mas, é preciso que o professor sistematize e relacione esse conhecimento com os conteúdos das disciplinas.

A participação e o interesse dos alunos são fundamentais no processo de aprendizagem para os dois professores, inclusive a empatia entre ambos. Dois não justificaram suas respostas. Apenas um colocou o desenvolvimento de valores como uma tarefa da escola e do professor.

Observa-se nessas respostas uma forte influência da literatura pedagógica predominante nos cursos de licenciatura, segundo a qual o conhecimento é construído na sala de aula, na relação e interação professor-aluno. O professor também é percebido como um mediador, um sistematizador de aprendizagem, numa postura mais realista do ponto de vista do que acontece efetivamente na sala de aula. Essa postura revela um tomar-para-si a responsabilidade da tarefa educativa, mesmo tendo consciência das limitações impostas por diversos fatores. Aliás, nesse sentido, é interessante perceber a questão da utilidade prática do conhecimento; alguns professores preocupam-se no uso que terão seus conteúdos e manifestam preocupação com isto.

Sobre o que é uma boa formação acadêmica e a relação entre esta e o trabalho docente, seis professores alegaram que, para dotar o aluno de uma boa formação acadêmica é preciso fugir dos conteúdos programáticos das suas disciplinas. Vinte e dois disseram que o professor contribui, mas, é preciso que o aluno busque o conhecimento porque ele não é aprendido somente na sala de aula. Um professor destacou que uma boa formação acadêmica é bem mais ampla do que os conhecimentos que sua disciplina pode oferecer; outro disse que a sua disciplina não é suficiente para uma formação cidadã, pois a escola deve se preocupar com o ser humano, a pessoa humana.

Cinco disseram que fazem suas partes, entretanto cabe ao aluno assimilar. Um disse que uma boa formação acadêmica é impossível nas condições em que estão as escolas públicas. Dois não justificaram, um disse que a sua disciplina possibilita uma grande chance para o aluno se inserir no mercado de trabalho.

Nota-se que alguns professores passam para o aluno a responsabilidade da apreensão do conhecimento, como se as metodologias empregadas e sua própria postura docente nada tivesse a ver com isto. Outros atribuem às condições precárias das escolas o não ou pouco aprendizado do aluno.

A próxima questão é bastante elucidativa quanto aos problemas que acabamos de comentar. Dezesete professores disseram que para ter um senso crítico desenvolvido, o aluno não precisa necessariamente dominar os conteúdos, nem tirar boas notas; depende da sua história de vida, dos conhecimentos que traz de casa; justificaram oito deles. Dois alegaram que o aluno crítico pode não ter um bom desenvolvimento na escrita, mas tê-lo na fala. Enquanto dois professores alegaram que a criticidade do estudante está diretamente ligada ao seu desempenho escolar, pois “ao aluno crítico sempre participa, fala, interfere de alguma forma na aula”; outros dois disseram não vê relação entre uma coisa e outra, já que “o senso crítico depende da visão de mundo que o aluno possui”. Dois professores acham que o aluno pode possuir uma boa criticidade, mas não manifestar interesse nas aulas; outro argumenta que, geralmente, esta criticidade se manifesta em “disciplinas como Português, Redação, Geografia”, pois melhora a compreensão do estudante.

Nessa direção, questionamos: se os professores procuram fazer relações entre seus conteúdos e a realidade, como alunos críticos não se manifestam nas salas de aula? Ou será que os mestres não dão tanto espaço assim como dizem para as falas dos alunos? Interessante é a percepção de alguns professores de que a criticidade já vem com o aluno, produto da sua vida familiar, cotidiana. Que visão de mundo é esta que o aluno tem? Não é construída pelas suas relações? E a escola não contribui para o desenvolvimento deste senso?

Depois, os professores caracterizaram o desempenho dos seus alunos; regular e bom para vinte e cinco professores. Catorze professores não justificaram sua resposta. O bom relacionamento professor-aluno, sinceridade por parte do estudante, condições psicológicas, morais e financeiras das famílias são razões para este quadro. Sete professores tributaram a desigualdade social na sala de aula como importante para o desempenho dos estudantes. Entretanto, desatenção e indisciplina, preguiça e falta de perspectiva são ingredientes decisivos para o baixo desempenho, segundo oito professores. A falta de recursos didáticos da escola e baixos salários dos professores resultam no baixo rendimento dos alunos.

Vale perguntar: que baixo desempenho é este que se tributa a tantas razões, se as avaliações apontam para bom e regular? É interessante que, para um professor, o vestibular e o ENEM concorrem para o baixo desempenho. Isso, comentaremos adiante.

E o que ele, professor, faz para melhorar este quadro? Empregar uma linguagem fácil e acessível na sala de aula, ter um bom relacionamento, diagnosticar as dificuldades, trabalhar com metodologias diversificadas como produções, pesquisas, seminários, projetos com utilização de filmes, cartazes, poemas, músicas, textos, excursões, biblioteca, informática são estratégias de vinte e um dos professores entrevistados. Para outros, a realização de atividades lúdicas é imprescindível para estimular a participação, motivar o questionamento e assim, melhorar a aprendizagem dos estudantes. Cinco professores disseram que desenvolver o plano anual de trabalho é importante e um professor alegou a participação dos pais. Um dos professores argumentou que “as responsabilidades devem ser divididas entre o aluno e o professor, que sempre deixa bem claro para os alunos que podemos fazer o que quisermos desde que assumamos as consequências dos nossos atos”.

Veja que, no elenco de atividades que o corpo docente desenvolve para melhorar a aprendizagem dos alunos, a diversificação aliada à ludicidade é a tônica. Os professores não associaram as suas estratégias nenhum elemento específico de trabalho com senso crítico; talvez porque não entenderam a ligação desta pergunta com as anteriores. Talvez, a próxima pergunta ajude a esclarecer.

Conforme vinte e dois professores, na escola, o professor pode desenvolver o senso crítico do aluno em todas as atividades pedagógicas, através das relações entre conteúdos e realidade e do estímulo ao debate. A análise de textos jornalísticos, leitura e redação de textos aparecem como importantes para os professores das ciências humanas, notadamente os da Língua Portuguesa, História e Geografia.

Agora, como o professor se forma? Como ele forma sua consciência crítica da realidade? Doze mestres leem revistas; oito leem jornais, onze veem telejornais, documentários e entrevistas; seis leem livros; seis buscam informações na internet e quatro assistem filmes, como forma de elevar seu nível de informação e criticidade ante a sociedade a qual pertencem. Apenas um fez referência à participação em cursos e seminários como estratégia de auto- formação.

A disciplina, que cada um ministra, tem grau e peso diferente na formação da cidadania do aluno. Três professores consideram que os conteúdos de História são os que mais contribuem; três argumentaram que orientam suas disciplinas para discussão de problemas sociais, dois ressaltaram a importância da leitura e interpretação de textos. É interessante que o pessoal das Ciências Biológicas e da Geografia tenha sido o mais explícito em termos de justificação da contribuição das suas disciplinas: a ação do homem natureza, sua interação com o meio ambiente, a compreensão do espaço urbano, dos problemas ambientais,

as mudanças sócio-econômicas, os perfis populacionais, enfim, os desafios da humanidade e as tendências do Brasil e de Sergipe são temas que levam ao desenvolvimento do senso crítico em seus alunos. O pessoal da Educação Física também descreveu suas contribuições: “Atividades físicas contribuem para o desenvolvimento integral do ser humano”; “A consciência corporal faz com que o ser humano melhore a sociedade em geral”. “O homem é um ser pensante. Uma visão para melhorar a qualidade de vida facilita esse processo”; “Ajudando como cuidar do corpo e do meio ambiente; na escola, na sua casa e em seus lugares preferidos”. Um professor de Matemática fez uma relação interessante afirmando que a “Matemática é baseada na leitura e compreensão; assim, os alunos desenvolvem seu senso crítico”. Este depoimento, entretanto, retira todas as esperanças manifestadas pelos colegas: “Hoje é muito complicado dizer que o que se aprende na escola influencia o indivíduo como cidadão, pois quem leciona em escola pública já recebe crianças sem nenhum limite e nenhum respeito pelo próximo”.

Dezenove professores disseram que seus ensinamentos contribuem para a formação de homens e mulheres mais autônomos; um justificou pela liberdade de pensamento que exercita em sua sala de aula, outro pelo nível de participação dos estudantes, outro porque procura formar cidadãos comprometidos com as mudanças sociais e mais um porque sua disciplina ajuda a definir as escolhas dos alunos.

O fato de ter ex-alunos bem sucedidos na vida é a justificativa de um mestre nessa direção. O restante pondera o poder e a contribuição das suas disciplinas nesta formação, pois reconhecem que o aluno precisa refletir sobre o conhecimento adquirido em sala de aula; que a educação é uma aquisição individual e o professor não tem controle sobre estudantes. É interessante que um deles tenha justificado a contribuição pelas aulas particulares que ministra para os mais interessados e outro por “não ficar falando somente nos conteúdos da Química!”.

Percebe-se, assim, por parte de alguns professores a confirmação da concepção anterior de que determinadas disciplinas não se prestam a desenvolver o senso crítico, a cidadania, assim como a relação entre desempenho acadêmico e formação cidadã, pois, mesmo que manifestem dificuldades, alunos interessados são auxiliados por professores para progredir nos estudos. Disso resulta uma percepção contrária à primeira: a aquisição de conhecimentos e habilidades disciplinares (de uma disciplina) contribui sim para a formação de sujeitos autônomos.

A educação é um dever de todos, diz um professor para justificar que as demais instituições sociais contribuem para a formação de sujeitos responsáveis, solidários, críticos e

transformadores. As famílias, as histórias de vida e as percepções de cada estudante são fatores que interferem nessa formação para grande parte dos professores entrevistados. Alguns valores universais que proclama em sala de aula são importantes na formação, diz um professor. O papel do indivíduo na interação social também foi citado como elemento capital na formação desse novo homem, pois cada um tem a liberdade de decidir seu destino.

Houve algumas críticas a essas instituições formadoras, a exemplo da Igreja e de algumas associações que apenas reproduzem ideias conservadoras, contribuindo para a manutenção do *status quo*. A participação partidária e sindical também foi citada, assim como o esporte pelos benefícios que traz aos sujeitos individualmente e ao coletivo. Muitos professores lamentaram a atual dissolução da família, de seus conceitos e valores, pois é ela a base da aprendizagem de valores e condutas.

Quanto às dificuldades enfrentadas no desempenho da profissão, cinco professores apontaram problemas pela falta de participação das famílias e de compromisso dos colegas de trabalho. Quatro referenciaram as deficiências, o desinteresse e a indisciplina dos alunos. A ausência de material didático apropriado nas escolas e as classes superlotadas são dois dos mais importantes problemas que enfrentam treze dos professores abordados. A ausência do Estado, a desvalorização social do professor, os baixos salários e a falta de política de formação continuada são dificuldades para oito mestres.

Esta última pergunta suscitou propostas. A melhoria da educação pública brasileira está condicionada, para dois professores, à elevação dos investimentos, de modo a alcançar 10 por cento do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro.

Maria das Graças A. Baptista, estudando a percepção de professores paraibanos sobre sua função social, identifica os mesmos sentimentos dos professores sergipanos quanto as condições de trabalho, salários e ausência do poder público:

Também é notório o sentimento de desrespeito e de tempo perdido, na escola pública. Desrespeito do governo estadual, do “Estado”, frente às condições de trabalho e salários, assim como dos alunos e pais. Tempo perdido pela falta de instrumentos materiais e teóricos que lhe possibilitem compreender e reverter, mesmo que dentro de certos limites, a estrutura social. Nesse sentido, a educação é percebida como um “faz-de-conta”¹³.

¹³BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. **A Concepção do Professor sobre sua Função Social: das práticas idealistas à possibilidade de uma ação crítica.** Tese de doutoramento. Joao Pessoa: UFPB, 2008. p. 136.

Conclusão

Os profissionais da educação abordados por esta pesquisa entendem que o conhecimento escolar é construído na relação professor-aluno que, como já dissemos, manifesta um jargão da literatura pedagógica a que tiveram acesso durante sua formação inicial. O conhecimento não se esgota na sala de aula, na escola, sendo importante a formação de alunos que aprendam a buscar este conhecimento é uma importante percepção de alguns professores.

Estimula a formação do senso crítico, embora sem qualquer tentativa de conceituação por parte dos entrevistados, é principal papel social do professor; já o aprendizado e o exercício de valores não aparecem como importante contributo para uma educação emancipatória.

De uma forma geral, os mestres colocaram as estratégias de aprendizagem como mais importantes que os conteúdos na formação de sujeitos conscientes e críticos. Essa apreensão parte do pressuposto de que o importante é falar, se expressar, o que aproxima a compreensão dos professores sobre ‘senso crítico’ das reflexões de Lima – quando explica e exemplifica o que não é senso crítico, mas senso comum. Por outro lado, nos surpreendeu os professores das áreas das Ciências Biológicas, Geografia e Educação Física, pois, como vimos, quase todos colocaram claramente temas/assuntos relevantes na formação de indivíduos conscientes do seu papel social, com direitos e responsabilidades para consigo, para a sociedade e para o planeta.

Uma parte dos entrevistados citou que o papel do professor é o de ser mediador da aprendizagem. Assim, o professor contribui, mas não é o responsável maior, uma vez que o aluno deve cuidar da sua própria formação, procurando permanentemente o conhecimento. Nessa direção, o senso crítico pode ser desenvolvido em qualquer disciplina e deve assim ser. Mas, antes de formar a consciência crítica dos alunos, há que se perguntar sobre a consciência crítica do próprio professor.

Nesse sentido, é lamentável que apenas seis professores tenham declarado que a leitura de livros é um importante veículo de formação da criticidade, e apenas um tenha citado a participação em atividades de formação continuada como relevante nessa aquisição. Então, ao que nos parece, as instituições de formação inicial docente não estão conseguindo desenvolver nos seus futuros mestres, a consciência da necessidade constante de aprender. Por outro lado, o próprio professor não está considerando políticas de formação continuada como importantes instrumentos de melhoria da sua prática e progressos na sua visão de educação,

de homem e de mundo.

Das contradições manifestadas nas falas dos professores, chama a atenção o problema do desempenho acadêmico dos seus alunos. Embora a maioria tenha tipificado esse desempenho como regular ou bom, nas questões subsequentes ou na própria argumentação, os alunos aparecem com desempenho insatisfatório.

Os autores citados concordam que é de responsabilidade do professor empenhar-se na instrução e educação dos seus alunos, dirigindo o ensino e as atividades de estudo, possibilitando que eles dominem conhecimentos básicos e habilidades, para sua formação diante dos desafios do século XXI, especialmente do trabalho e das lutas sociais. A preocupação docente não pode ser unilateral, considerado o professor como simples repassador de informações.

O presente estudo mostrou que há confrontos entre o que prescrevem as teorias e a percepção e prática docente. As teorias proclamam um modelo de professor; um profissional comprometido com a aprendizagem dos seus alunos e engajado com as transformações sociais, posto que consciente das injustiças e desigualdades do modelo social capitalista excludente. Apresentamos as opiniões correntes dos profissionais da educação de escolas públicas aracajuanas, quando abordados sobre o seu papel de educadores.

O acesso a uma educação de qualidade é um direito do cidadão. A qualidade de que estamos tratando requer o domínio de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades e competências que passam pela apreensão do conhecimento socialmente construído e acumulado pela humanidade; nessa perspectiva, o senso crítico do aluno deve ser aguçado, estimulado, mas, sem perder de vista que a crítica é precedida de informação, de conhecimentos; quem nada conhece, nada pode criticar, senão emitir julgamentos precipitados, irrefletidos, próprio do senso comum.

Os professores, em seu processo de valorização e luta por melhores condições de trabalho, necessitam justificar-se como interlocutores fundamentais no processo de formação humana. Assim o Brasil terá instituições com qualidade, como previsto nas leis.

Nos depoimentos, pudemos perceber que há possibilidades de melhoria na educação dos educadores, de modo a explicitar a função social docente, assim como da própria escola, instituição da sociedade civil que, além de contribuir na reprodução das relações instaladas é capaz de contribuir para transformações sociais. Fica clara a lacuna da formação inicial e da formação continuada, que parece estar ausente mesmo da mentalidade dos docentes, visto que, como se sabe, os sistemas promovem atividades e eventos de formação, estimulados que são pela política de financiamento do governo federal através do Ministério da Educação.

Referências

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. **A Concepção do Professor sobre sua Função Social**: das práticas idealistas à possibilidade de uma ação crítica. Tese de doutoramento. João Pessoa: UFPB, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

GADOTTI, Moacir (1998): **Pedagogia da práxis**, 2.^a ed., São Paulo, Cortez.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Fábio Souza C. **O Senso Comum e o Senso Crítico**. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/filosofia/0072.html>. Acesso em 03 de dez. 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3^a Ed. São Paulo: Ática, 2000.

RUIZ, Maria José Ferreira. **O Papel Social do Professor**: uma contribuição da filosofia da educação e do pensamento freireano à formação do professor. Revista Ibero americana de Educação. n° 33, dezembro de 2003.